



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA- UNILAB**

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARCELA CHAVES RIBEIRO

**EDUCAÇÃO ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PITAGUARY NA
ESCOLA ITA-ARA.**

ACARAPE – CE

2020

MARCELA CHAVES RIBEIRO

**EDUCAÇÃO ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PITAGUARY NA
ESCOLA ITA-ARA.**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título em licenciatura em pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira

ACARAPE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Ribeiro, Marcela Chaves.

R484e

Educação, escola e formação de Professores Pitaguary na escola
It-a Ara / Marcela Chaves Ribeiro. - Redenção, 2020.
42f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Profº. Drº. Evaldo Ribeiro Oliveira.

1. Índios - Educação. 2. Professores - Formação. 3. Educação
- Estudo e ensino. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 370.11

MARCELA CHAVES RIBEIRO

EDUCAÇÃO ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PITAGUARY NA
ESCOLA IT-A ARA.

Monografia apresentada à Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como um
dos pré-requisitos para a obtenção do grau de
licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr.
Evaldo Ribeiro Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

Oliveira

Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira (Orientador)

Matilde Ribeiro
(UNILAB)

Prof.^a. Dra. Matilde Ribeiro

Joselene Lima Pinheiro
(UNILAB)

Prof. Dr. Joselene Lima Pinheiro

(UNILAB)

Dedico este trabalho e todas as conquistas que tive e que terei aos meus pais, pois, sem eles não estaria onde estou agora, mesmo que tenham convivido pouco tempo em minha vida me deixaram grandes ensinamentos. Dedico aos meus irmãos sem eles não teria forças pra seguir em frente em minhas lutas diárias. E aos meus amigos e professores que acompanharam e apoiaram essa minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores por me proporcionar um conhecimento, que levarei em toda minha vida.

Agradeço a pessoas maravilhosas que encontrei ao logo desse caminho enfrentando todas as dificuldades juntamente comigo, me encorajaram, e acreditaram inteiramente em meu potencial e que nos momentos mais angustiantes foram meu alicerce, destaco em especial minhas amigas Valeria Oliveira, Camila Dutra e Regilene.

Ao meu estimado Orientador Evaldo Ribeiro por todo o seu apoio e paciência.

A coordenadora do nosso curso de pedagogia, Geranilde Costa e Silva, pelo seu comprometimento e dedicação a todos os formandos do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Agradecimento em especial aos professores indígenas da escola Ita Ara, juntamente com a diretora Vanessa. E em especial a professora Raquel por compartilhar comigo suas experiências.

Por último quero agradecer também a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, e seu corpo docente que demonstrou estar comprometidos com a qualidade e excelência do ensino.

A vida do índio

O índio lutador,
Tem sempre uma história pra contar.
Coisas da sua vida,
Que ele não há de negar.
A vida é de sofrimento,
E eu preciso recuperar.

Eu luto por minha terra,
Por que ela me pertence.
Ela é minha mãe,
E faz feliz muita gente.
Ela tudo nós dar,
Se plantarmos a semente.

A minha luta é grande,
Não sei quando vai terminar.
Eu não desisto dos meus sonhos,
E sei quando vou encontrar.
A felicidade de um povo,
Que vive a sonhar.

Ser índio não é fácil,
Mas eles têm que entender.
Que somos índios guerreiros.
E lutamos pra vencer.
Temos que buscar a paz,
E ver nosso povo crescer.

Orgulho-me de ser índio,
E tenho cultura pra exhibir.
Luto por meus ideais,
E nunca vou desistir.
Sou Pataxó Hãhãhãe,
E tenho muito que expandir.

Autor: Edmar Batista de Souza (Itohã Pataxó) 06/09/06

EDUCAÇÃO ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PITAGUARY NA ESCOLA IT-A ARA.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo, realizar uma pesquisa sobre a educação escolar indígena e as formações dos professores da escola indígena Ita Ara que se localiza na comunidade indígena dos Pitaguary, tendo em vista que a educação escolar indígena foi fruto de muitos anos de luta e resistência, e que em seu currículo deve esta inserido as especificidades de sua comunidade. E tem o direito de ter sua educação escolar de acordo com suas necessidades, legitimado pela constituição que afirma que os povos indígenas do Brasil têm o direito de permanecer índio preservando sua identidade cultural e suas tradições. Entretanto se faz necessário destacar que a educação indígena ainda tem pouco espaço nos discursos educacionais apesar dos povos indígenas ter conseguido aprovar em 1998 junto ao Ministério da Educação - MEC o Referencial Curricular Nacional (1998) para as Escolas Indígenas, deste modo o documento vem oferecer orientações didáticas, pedagógicas, acerca de como deve se promover o ensino dentro de uma escola indígena. Nesse sentido, esse referencial representa um avanço para a construção de uma escola diferenciada. Que somente será bem desenvolvida se seus professores tiverem uma formação de qualidade para atender as demandas da escola. O método de pesquisa utilizado neste trabalho foi do tipo qualitativo, com entrevistas informais e observações na escola e pesquisas bibliográficas.

Palavras-chave: educação escolar indígena. Pytaguary. Formação docente

Abstract

This work has to conduct research on indigenous school education and as teacher training at the Ita Ara indigenous school, which is located in the Pitaguary indigenous community, given that indigenous school education has been affected by many years of struggle and resistance, and that in your curriculum should be inserted as specifics of your community. The right to have their school education according to their needs, legitimized by the constitution that states that the indigenous peoples of Brazil have the right to remain preserving their cultural identity and traditions. However, it is necessary to highlight that indigenous education still has little space in educational courses, despite the fact that indigenous peoples managed to approve in 1998 with the Ministry of Education - MEC or the National Curriculum Reference (1998) for Indigenous Schools, in this way or the document that offers educational, pedagogical guidance on how to promote teaching within an indigenous school. In this sense, this framework represents an advance for the construction of a differentiated school. That will only be developed if your teachers have quality training to attend as required by the school. The research method used in this work was the qualitative type, with information interviews and interviews at school and bibliographic research.

Keywords: indigenous school education. Pitaguary. Teacher training

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO _____	p. 08
2. METODOLOGIA _____	p. 13
3. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: UM BREVE HISTORICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA _____	p. 16
3.1. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO PERÍODO COLONIAL _____	p. 17
3.2. EDUCAÇÃO INDÍGENA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS _____	p. 19
4. ESCOLA ITÁ-ARA UMA CONQUISTA VALIOSA. _____	p. 25
4.1. HISTÓRICO DA ESCOLA _____	p. 26
5. GRADUAÇÃO INTERCULTURAL INDIGENA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INDIGENA DIFERENCIADA _____	p.33

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Os povos indígenas do Brasil tiveram direitos legitimados pela Constituição Federal de 1988, documento no qual se assegura a esses povos se reconhecerem como índios, ou seja, permanecerem com suas línguas, tradições e culturas, de modo que as populações indígenas possam usar sua língua materna em seu processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

Essa prática pedagógica se baseia no artigo 231 da Constituição, que afirma o seguinte: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Rita Gomes em sua dissertação sobre educação escolar dos índios Tabebas, Tremembés e Pitaguary no Ceará (2006); “afirma que as primeiras denominações de educação escolar para os índios se configuraram, como um instrumento de externalidade, visando de modo geral uma homogeneização cultural dos grupos étnicos”. A denominação de educação escolar indígena nas reivindicações dos movimentos indígenas de afirmação étnica evoca a escola como um meio estratégico possível para colocar em prática as diferenças étnico-culturais como formadora das práticas educativas dos grupos, buscando através da educação formal, forma índios, com uma identidade indígena preservada.

Embora não seja recente, a reivindicação dos povos indígenas por uma educação diferenciada e também por uma educação igualitária, pois esse tema foi um dos pilares da construção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na organização dos povos indígenas e também da intervenção missionária, a demanda nativa por um projeto educacional direcionado à realidade das comunidades indígena somente ganha visibilidade com a Constituição de 1988. Como aponta o documento oficial do MEC, sobre legislação da educação indígena.

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar as suas línguas maternas e os seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos.

Como parte da autonomia das comunidades indígenas, a educação aparece como um dos principais elementos de construção dessa autonomia e possibilidade de intervenção dos indígenas no mundo “dos brancos”. Embora entendemos que a educação escolar indígena também

pode ser interpretada de forma a ser usada como ferramenta de interação com não indígenas e como forma de manutenção e resgate da cultura indígena específica do povo, sabendo que as culturas estão sempre em constante transformação.

Entretanto se faz necessário destacar que a educação indígena ainda tem pouco espaço nos discursos educacionais apesar dos povos indígenas ter conseguido aprovar em 1998 junto ao Ministério da Educação - MEC o Referencial Curricular Nacional (1998) para as Escolas Indígenas, deste modo o documento vem oferecer orientações didáticas, pedagógicas, acerca de como deve se promover o ensino dentro de uma escola indígena. Nesse sentido, esse referencial representa um avanço para a construção de uma escola diferenciada.

A Lei nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) traz questões importantes sobre a educação indígena. Em seu Art. 8º, expõem que é fundamental:

I – Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

As diretrizes curriculares para uma educação interdisciplinar, representam um feito muito importante para uma educação nas escolas diferenciadas das comunidades indígenas, onde, os/as professores/as tiveram a chance de conhecer mais sobre seus direitos, e, teoricamente ter a liberdade para trabalhar com sua cultura da maneira mais adequada. O referencial curricular para formação de professores indígenas no segundo capítulo do art.4º afirma que: “a formação inicial de professores indígenas deverá ser realizada em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais” (BRASIL,2002).

Sendo que não basta somente ter uma formação que atenda suas necessidades enquanto indígenas mais é preciso ter uma autonomia em seu currículo escolar, e, um documento oficial da escola que é primordial é o Plano Político Pedagógico (PPP) que também está garantido na constituição educacional ter total liberdade para elaborar de acordo com a comunidade e a escola.

As escolas indígenas desenvolvem suas atividades de acordo com o proposto nos respectivos projetos pedagógicos e regimentos escolares com as prerrogativas de: organização das atividades escolares, independentes do ano civil, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas; e duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-a às condições e especificidades próprias de cada comunidade. Por sua vez, tem projeto pedagógico próprio, por escola ou por povo indígena, tendo por base as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da Educação Básica; as características próprias das escolas indígenas, em respeito à

especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade; as realidades sociolinguísticas, em cada situação; os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena; e a participação da respectiva comunidade ou povo indígena. (BRASIL, 2013).

Sabemos que essas escolas buscam trabalhar com uma educação diferenciada. Entretanto nem sempre, a escola tem êxito em organizar as políticas definidas pelos próprios movimentos que integram. Muitas vezes não têm autonomia e instrumentos disponíveis para levar às salas de aula todos os recursos necessários para as vivências educacionais que precisam. Para tanto é necessário que estes tenham mais autonomia e independência para realizar suas atividades.¹

O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise do processo de formação docente da comunidade dos Pitaguary. O processo de formação que trataremos no decorrer do trabalho trata-se da formação inicial e continuada, ou seja, pós-graduações e formações pedagógicas. Para isso, será utilizada a metodologia de pesquisas bibliográficas, entrevistas com os professores e visitas a escola instalada na área, análise do material didático e observação das práticas pedagógicas. Procurar compreender e delinear a maneira pela qual o ensino indígena possibilita uma educação pautada na etnia Pitaguary.

O capítulo primeiro tem como foco, os dados históricos do processo de escolarização das populações indígenas, realizando um breve histórico do período colonial, e como foi o processo de escolarização dos jesuítas. O segundo capítulo, trata da escola Itá -Ara e seu currículo enquanto escola indígena, tendo como foco o plano político pedagógico (PPP) e como ele está pautado para se pensar em uma educação diferenciada. E o terceiro capítulo trará algumas experiências sobre as formações dos professores indígenas e

O interesse em realizar esse estudo foi a partir de uma inquietação, que, surgiu no momento em que passei a ter um novo olhar sobre as comunidades indígenas que vivem próximo ao meu bairro, antes de surgir a ideia desse trabalho, havia realizado um anterior sobre a comunidade dos Pitaguary, no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU). Morei muitos anos próximo a comunidade indígena, entretanto eles sempre foram quase invisíveis pra mim e nas raras ocasiões em que alguém os mencionava eram de forma negativa ou pejorativa.

¹ Informações acessadas em 14\ 04\ 18 disponível em <https://www.cimi.org.br/2010/11/31238/>

Tudo isso surgiu a partir de um episódio que aconteceu, certo dia ao voltar da universidade e um ao descer do ônibus um homem com um olhar de raiva perguntou se eu era índia por mora no mesmo bairro que os Pitaguary ao me deparar com tal situação, respondi negativamente e o homem continuar a esbravejar palavras ofensivas contra os índios. Esse episódio chocou-me profundamente, como alguém pode fazer esses discursos de ódio sem ao menos conhecer essa comunidade indígena? Ou até mesmo odiá-los pelo fato de afirmarem como índios

Ao ingressar no curso de pedagogia e adquirir novos conhecimentos, surgiu o interesse em pesquisa sobre a escola, pois, é onde acontece o processo de escolarização dos índios e é nesse espaço que deve ter um currículo que possibilite, uma educação diferenciada para esses/essas aluno(a)s. E para realizar esse objetivo o foco foi a formação de professores, desde sua graduação e formações pedagógicas

Essa pesquisa se justifica pela necessidade dos estudos acadêmicos voltados para a compreensão da educação indígena como preceitua a LDB. Pois, as temáticas indígenas são extremamente importantes para as Ciências Humanas de forma geral, e para a pedagogia de forma específica. Portanto, em função da necessidade de aprofundar a reflexão a partir da experiência de sujeitos reais.

Os marcos legais, que garantem educação específica e diferenciada são muitos, no entanto, na prática ainda falta diversas questões a serem abordadas. Como por exemplo, que haja uma educação indígena voltada para a vida, cultura e história do povo Pitaguary. Como diz Clarice cohn. (2000) Muitas são as experiências recentes de implantação e consolidação de escolas indígenas que cumpram as exigências constitucionais do respeito à diferença e das manifestações culturais dos povos indígenas.

Por essa razão a presente pesquisa se faz necessário para discutir essas questões através de um diálogo entre a educação escolar indígena e a pedagogia onde permitirá uma contribuição para que esse povo possa ser ouvido. Para contribuir com essa pesquisa se faz necessário uma abordagem com um viés na antropologia.

Os debates em torno de uma educação indígena diferenciada não é algo recente. As discussões que começaram a acontecer de maneira mais organizada e formalizada a partir da década de 70, do Século XX. Fortalecidos pelos movimentos políticos ocorridos os índios começam a emergir de um processo de resistência já existente, mas, ainda assim, subjugados

pela política de Estado que descaracterizava o quadro de diversidade e desestruturava, no interior das comunidades, o conceito e o desejo de alteridade.²

Se faz necessário pesquisas que abordem essas questões, pois, apesar de não ser recentes essas reivindicações, é possível perceber que ainda é de difícil implementação cursos de formações de professores que trabalhem com a questão da identidade indígena, principalmente que dialogue sobre a comunidade indígena dos Pitaguary ou demais populações indígenas do Ceará. Posto isto, mesmo que haja uma maior preocupação das/os pedagogas/os em discutir sobre as questões de uma educação indígena diferenciada ainda há questões relevantes a serem investigadas e analisadas.

O que se intende nesse trabalho por formação docente se trata das graduações e formações continuadas, pós-graduações e formações pedagógicas, com o intuito de compreender como os alunos indígenas e não indígenas estão sendo formados para se apropriar de um pensamento crítico acerca dos seus diretos enquanto indígenas e entender sua própria cultura.

²Acessado em 15\04\18 disponível http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/01.pdf

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

O presente tópico será destinado às explicações metodológicas utilizadas para a elaboração desse trabalho, a partir dos objetivos traçados.

Pesquisa é a exploração, é a inquirição, é o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. A pesquisa é definida como uma forma de estudo de um objeto. Este estudo é sistemático e realizado com a finalidade de incorporar os resultados obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 14).

A pesquisa bibliográfica possibilitou realizar um percurso sobre os fatos históricos que ocorreram no processo de escolarização indígena. Artigos e livros científicos sobre o tema tem a vantagem de uma cobertura maior sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (GIL,2010, p.44)

Para alcançar os objetivos da pesquisa um método importante foi o da pesquisa qualitativa, que consiste em responder a questões particulares. Ela se preocupa, nas ciências, com um nível de realidade que não pode ser quantificada, ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 1994, p.22)

Escolha desses métodos, foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa, entender como funciona a dinâmica da escola e como foram o percurso que os professores desenvolveram em suas vidas acadêmicas.

O que torna um professor indígena primeiramente é, pertencer a uma comunidade indígena, em seguida realizar uma formação seja ela específica para indígenas ou não e trabalhar um currículo voltado para os conhecimentos culturais das populações indígenas. Os professores que atuam na escola Itá-Ara, parte do corpo docente é de origem Pitaguary, entretanto devido a carência de professores algumas disciplinas são ministradas por professores não indígenas, como por exemplo os professores de matemática e biologia.

O intuito será, compreender a dinâmica da escola com a comunidade indígena ao redor, a partir de algumas indagações iniciais: qual a relevância de ter uma escola dentro de seu

território? como os alunos não indígenas fazem parte desse processo educacional diferenciado? e como acontece as formações de professores? Essas questões serão o norte da pesquisa.

Para compreender melhor, os acontecimentos históricos que a educação escolar indígena ao longo dos séculos o primeiro capítulo da pesquisa foi destinado ao processo de escolarização das populações indígenas no Brasil. dos Jesuítas até as leis mais atuais. Para embasar meus textos foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da educação escolar indígena.

Toda pesquisa deve basear em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem-sucedida de um problema. A teoria, sendo instrumento de ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados. Para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultantes da pesquisa. A pesquisa dos problemas práticos pode levar à descoberta de princípios básicos e, frequentemente, fornece conhecimentos que têm aplicações imediatas. (ARCONI E LAKATOS, 1999. p.92)

O processo de leituras sobre a temática nos possibilita entender como os fatos históricos influenciaram nos processos educacionais indígenas.

Para entender esse processo de formação docente dos professores, será utilizado, como método de pesquisa, entrevistas, com professores, que consiste em uma coleta de dados através e uma entrevista semiestruturada que tem como foco conhecer o campo a ser pesquisado, é um meio de ter maior flexibilidade com o entrevistado e sendo que não se segue um questionário com perguntas objetivas, tem uma maior flexibilidade.

Por acreditar que tem um maior significado na pesquisa, sendo possível modificar ou reformular a pergunta, no momento da entrevista, entretanto considero importante ter um norte para conduzir o diálogo com os professores. Após um reconhecimento do campo de pesquisa e consegui disponibilidade duas professoras e da diretora para responder algumas perguntas que consideramos relevantes para a compreensão da pesquisa, realizamos uma entrevista. As perguntas direcionadas a diretora foram respondidas em 14 de novembro através de uma das visitas que realizei na escola.

Com as professoras por motivos de trabalho não foi possível realizar uma entrevista presencial, as perguntas foram respondidas via e-mail

ENTREVISTA DIRETORA

1. Como acontece as formações pedagógicas do professor da escola?
2. Qual o suporte que a secretaria de educação proporcionar para os professores terem uma formação de qualidade?

3. A escola atende alunos não indígenas?
4. Quase as disciplinas que a escola oferece para o ensino voltado para a cultura dos Pitaguary
5. A escola tem professores não indígenas?
6. Como acontece a relação comunidade escola?
7. As lideranças estão presentes em debates ou momentos importantes na escola?
8. A falta de uma formação adequada para se trabalhar uma educação intercultural prejudica a formação dos estudantes indígenas?

ENTREVISTA DIRECIONADO AS PROFESSORAS

1. Como foi sua formação inicial?
2. Como acontece as formações pedagógicas na escola?
3. As lideranças indígenas estão presentes na escola?
4. Existe alguma disciplina específica para se trabalhar com a cultura dos Pytaguaries
5. Quais os materiais disponíveis para as aulas?
6. Os alunos não indígenas apresentam alguma resistência em participar dos eventos da escola?

CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

Esse capítulo, é um breve histórico do processo de escolarização indígena ao longo dos séculos, no período colonial com os jesuítas até as primeiras instituições escolares após a expulsão dos jesuítas do Brasil e o domínio do marques de Pombal e as primeiras escolas para os índios, como um método de exterminar suas línguas e culturas com o objetivo de forma mal de obre para os trabalhos nos aldeamentos.

Após esse processo histórico trataremos da importância dos movimentos sociais na educação e as leis favoráveis para uma educação indígena de qualidade. O processo de escolarização indígena passou por várias transformações, ao longo dos séculos, e grande parte dessa escolarização não foi voltada para seus interesses culturais. Partindo desse fato histórico temos um breve contexto histórico sobre a educação escolar indígena, pois, educação escolar indígena e educação indígena tem suas distinções.

Educação indígena está diretamente ligada as práticas do cotidiano das famílias indígenas, a criança aprende observando os mais velhos fazendo suas atividades domésticas, aprendem através do cotidiano, das vivências. O que é uma educação extremamente importante que mantém os índios com suas culturas e tradições apesar de muitas adversidades que enfrentaram durante todo o processo de colonização.

Nos dias atuais quando o foco agora é manter-se em suas aldeias e territórios. A preservação da educação indígena é fundamental para a sobrevivência desses povos. O conceito de educação não é limitado muito pelo contrário, educação é amplo e pode ser vista de diversas formas.

O conceito de Educação Indígena aproxima-se muito do que Iturra (1994)) considera como processo educativo: o meio pelo qual aqueles que já têm em sua memória pessoal as taxonomias culturais, o como e o porquê da sua experiência histórica, tentam transmitir estes saberes aos mais novos, inserindo-os nestas taxonomias, ou seja, num saber local e próprio. Para as sociedades indígenas, essa educação dá-se prioritariamente por transmissão oral e a partir da compreensão da genealogia da tribo, num processo em que uma das preocupações principais é com a aprendizagem deste indivíduo, isto é, que ele compreenda a estrutura do movimento das pessoas e das coisas, para que possa mobilizar as suas capacidades e habilidades apreendidas quando se confronta com uma natureza «movível e mutável» presente no seu mundo (ibidem). As gerações que vão nascendo aprendem a organização da vida natural, o que ocorre no contato direto dos mais novos com os mais velhos da tribo, que detêm certos conhecimentos a serem transmitidos e o fazem sem a mediação de um espaço físico e social determinado, ou seja, a escola. (CIARAMELLO, 2014, p.118)

Sabemos que o maior desafio da escola em uma aldeia indígena é torna o aprendizado escolar voltado para a valorização dos saberes indígenas. O foco dessa pesquisa será a educação escola indígena que trata da inserção dos povos indígenas nas escolas. O estudo a ser explorado será sobre como a educação escolar indígena tornou-se o que temos atualmente nas escolas que estão localizadas nas aldeias indígenas. A educação a ser abordado será o de educação escolarizada.

3.1 Educação escolar indígena no período colonial

O primeiro contado que os povos indígenas no Brasil, tiveram com um sistema de educação fora de seu contexto social foi no período colonial. Os jesuítas foram os responsáveis durante séculos de “civilizar” os indígenas através da catequização e ensinando o português para as crianças, neste sentido, Ciaramello (2014), aponta que:

As primeiras experiências de escolarização no Brasil deram-se no século XVI, quase concomitantemente ao processo de apropriação dessas terras pelos Portugueses, por meio dos jesuítas que propositalmente foram enviados para cá. Esses, não só traziam cruces e rezavam missas, na tentativa de salvar a vida dos «selvagens» que aqui viviam, mas, com muita tenacidade, planejavam e executavam ações educativas na forma de internatos e de catequese (CIARAMELLO, 2014, p. 111)

Ao longo de muitos séculos a educação indígena era exclusivamente voltada para a negação de sua cultura língua e tradição tendo como principal motivo forma força de trabalho. Somente a religião e as tradições dos colonizadores eram válidas e ensinadas aos povos indígenas. O intuito de ensinar os indígenas a cultura do colonizador não era para conseguirem conviver com as populações nativas, o intuito de “educar” os índios era de dominar esse povo e subtrair suas terras, riquezas e subjugar-los.

A educação escolar foi introduzida nas comunidades indígenas pelos missionários Jesuítas que acompanhavam o projeto colonizador europeu. Os jesuítas, junto com o objetivo de educar os filhos de portugueses que aqui chegavam, tinham a missão de catequizar os habitantes destas terras, considerados selvagens. A educação escolar, portanto, foi utilizada para promover a assimilação dos indígenas à civilização cristã, com a imposição da língua, da história, dos valores e da identidade da sociedade cristã Europeia. (MARKUS, 2006, p.27).

As formas de educação eram, exclusivamente com o intuito de ensinar a religião católica e a língua portuguesa. Os jesuítas tinham a missão de ir até as aldeias criar escolas para os indígenas aprenderem a cultura, religião e a língua do colonizador. Durante muitos anos esse tática foi quase que falha pois quando os indígenas voltavam para sua aldeia, continuavam com

seus rituais e culturas, sendo assim o próximo passo foi demonizar os pajés e xamas indígenas com o intuito de fazer os índios acreditarem que sua cultura não era algo bom aos olhos de Deus.

Tirar o índio das aldeias e após aprender o português eles voltassem, não estava surtindo o efeito que os jesuítas esperavam, pois, os jovens não estavam seguindo a religião que era imposto a eles. Então a próxima medida foi pegar as crianças órfãs das aldeias destruídas e educá-las para serem bons cristãos.

Quando as crianças vinham das aldeias, recebiam um nome europeu, retiravam-se todos os seus adornos como colares e brincos, cortavam-se os cabelos no estilo europeu da época e colocavam vestes sobre os seus corpos (MELIÀ, 1979, p. 46).

A relação que os portugueses tiveram com os povos nativos, formam a primeira ideia de raça e marcou o início de uma classificação racial, com um padrão de poder. Essa ideia de inferioridade dos nativos foi o que legitimou o processo de colonização e extermínio das populações indígenas. Dessa forma, os índios foram sendo organizados em aldeamentos sob a ordem da doutrina cristã onde aprendiam diferentes ofícios para se trabalhar no modelo de sociedade europeu cristão que estavam sendo impostos pra eles. (ESPAR 2014, P. 20)

Segundo (ESPAR 2014, p. 23) a coroa portuguesa não estava mais satisfeita com o trabalho dos jesuítas com as populações indígenas pois acreditavam que os mesmos estavam com divergências de interesses, não mais servindo ao propósito que foram destinados sendo assim no século XVIII, os jesuítas foram substituídos por uma nova ordem estatal.

A mudança promovida pelo Império, não alterou em nada a lógica do curricular em redução a cultura indígena e interação continuava presente, (FRANCHETTO, 1994, p. 413). Nesse processo inicial de educação escolar indígena o currículo a ser trabalhado era predominantemente para aprender o português sem sotaque e de forma culta, caso o indígena utilizasse sua língua materna era punido com castigos severos. Mas aprendiam também matemática para que não fossem enganados pelos não índios.

Durante um longo período a educação indígena foi exclusivamente responsabilidade dos jesuítas, entretanto com o decreto feito pelo Marques de Pombal, algumas mudanças aconteceram: e a educação escolar indígena passou a ser responsabilidade do Estado.

Foi instituído o Diretório Pombalino em 1757, que determinava que haveria em cada aldeamento indígena duas escolas públicas (sendo uma para meninos e a outra para meninas),

com a finalidade de ensiná-los/as a ler e escrever em Língua Portuguesa. Esse processo de escolarização foi exclusivamente para dominar e excluir cada vez mais as especificidades dos povos indígenas. Pois essas escolas não levavam em consideração as línguas e os saberes que as populações indígenas tinham. O único objetivo era ensinar o português para as crianças e jovens indígenas.

A fase Pombalina, que vai de meados do século XVII até meados do Século XIX, e caracterizou-se pela instituição da lei que ficou conhecida como Diretório dos Índios⁴ (1757-1798). Estabelecia uma série de novas medidas com vistas à efetivação, na Amazônia, dos objetivos mercantilistas do colonizador português e caracteriza-se por forte mudança na política educacional destinada aos índios aldeados. (CIARAMELLO,2014,P.29).

A integração do índio no modelo colonial de sociedade perdurou durante todo o período colonial. No primeiro império a iniciativa mais importante surgiu em 1845 com o Decreto nº 426, que contém o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios. Neste documento estabelecem-se as bases do sistema indigenista do Império, que permaneceu em funcionamento até 1889.

Durante a primeira república foi criado o serviço de proteção ao índio (SPI) com o intuito de gerenciar as demandas dos povos indígenas, entretanto o foco era de integrar o índio na sociedade colonial. Esse órgão foi extinto em 1967. Com a criação da fundação nacional do índio a FUNAI. Em 1967 “No bojo da ditadura militar a Funai assume uma posição integracionista e de apoio ao capital estrangeiro no país e admitiu a presença, nas áreas indígenas, dos pesquisadores do Summer Institute of Linguistics – SIL (CIARAMELLO 2014,P. 95) O SIL trouxe uma grande desvalorização para a língua indígena, pois somente era usado a língua portuguesa, deixando as línguas originais dos povos indígenas sendo esquecidas. Esse sistema caiu em desuso trazendo um silenciamento total das línguas indígenas.

3.2 Educação indígena e os movimentos sociais

Os movimentos sociais indígenas foram primordiais para que a educação escolar fosse pauta de seus direitos, após conseguir a escola o foco é agora, diferenciado ou seja, tenha uma educação voltada para a comunidade indígena na qual a escola esteja inserida. Não só em seu território mais em suas vidas. Preservando suas tradições e culturas e tenha a participação ativa da comunidade nas decisões da escola. Na dissertação de Oliveira (2012) movimento social indígena e participação política: a contribuição da COIAB na formação de lideranças. Escreve como a educação escolar possibilita um empoderamento indígena.

Refletir sobre o protagonismo indígena na sociedade brasileira não é tarefa fácil, visto que o processo histórico, político e social no qual a sociedade indígena está inserida contribuíram muito para a exclusão desses povos. A relação entre a sociedade brasileira e os povos indígenas pode ser vista de forma assimétrica, onde há a predominância de dominação do “branco” sobre o “bárbaro”, prevalecendo a ideia de tribos que precisavam de “civilização”, devendo, portanto, ser domesticadas. Essa ideologia predominou por muito tempo e influenciou consideravelmente a elaboração e execução de inúmeras políticas indigenistas, cujas ações foram responsáveis pelo extermínio de grande parte dos povos e culturas indígenas, procedimento de uma política recente de integração do índio à sociedade nacional, que pode ser entendido também como uma nova forma de eliminação das culturas indígenas. (OLIVEIRA 2012)

De início a principal reivindicação do movimento indígena era por suas terras. O processo de escolarização das escolas indígenas nas aldeias com uma educação voltada para os interesses indígenas veio com o surgimento dos movimentos sociais. Começou a surgir projetos alternativos para a escolarização dos povos indígenas.

Este período é marcado, também, pelo surgimento e consolidação de diversas organizações de educadores indígenas, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia – COPIAM, Organização dos Professores Indígenas de Roraima - OPIR, Organização dos Professores Tikuna Bilingues - OGPTB, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, entre outras. (OLIVEIRA 2012)

Com o surgimento dos movimentos sociais e as organizações dos povos indígenas com o intuito de melhorar a qualidade da educação escola de seu povo sem perder a essência de suas tradições foi discutido a pauta de uma educação escolar diferenciada para cada tipo de aldeia indígena.

Uma educação indígena não acontece somente com uma escola na aldeia, é pra ser levado em consideração os saberes e costumes, seus valores, seu hábito, a educação indígena acontece fora do padrão ocidental de educação, para ser realizado um processo educativo de qualidade todas as questões que envolve a cultura indígena devem ser consideradas pela escola, caso contrário não é uma educação indígena seria uma educação ocidental em um território indígena.

Para os povos indígenas não bastava, no entanto, que apenas se reconhecesse o direito a uma «educação específica e diferenciada», até mesmo porque esse conceito é muito amplo, portando diversas possibilidades de compreensão e interpretação. A discussão mais recente, que se iniciou no final da década de 1990 e hoje toma força, procura suprir a deficiência da política pública voltada para a educação escolar indígena, que tem resultado em uma prática insuficiente e insatisfatória, pelo facto de na maioria das vezes não se basear

nos reais interesses indígenas e, mais ainda, por não respeitar as especificidades de cada povo. (CIARAMELLO 2014, p. 81).

Pensar em uma educação indígena é rever nossos conceitos sobre nossa própria educação. Centralizada em currículos estabelecidos sem levar em consideração os saberes locais e regionais de cada lugar. Pensar em outra forma de educação possibilita novos olhares para nossas escolas. Acreditamos que a forma de educação escolar indígena possa contribuir de forma relevante para nossas práticas cotidianas em sala de aula.

Os indígenas do Brasil foram expostos a várias adversidades ao longo das décadas, muitas aldeias e etnias indignas se perderam nesse processo de integrar o índio na sociedade colonizada. Seus direitos foram legalizados através de movimentos sociais indígenas, e, de muita resistência. Somente com a constituição de 1988 seus direitos foram legitimados. o (CIARAMELLO 2014).

O documento no qual se assegura a esses povos se reconhecerem como índios, ou seja, permanecerem com suas línguas, tradições e culturas, de modo que as populações indígenas possam usar sua língua materna em seu processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. Essa prática pedagógica se baseia no artigo 231 da Constituição, que afirma o seguinte: “as populações indígenas possam usar sua língua materna em seu processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar” (BRASIL, 1988).

Após a constituição de 1988 veio a as leis de diretrizes e bases da educação nacional LDB (leis de diretrizes e bases) em 1996 onde tem legislações sobre a escolarização indígena. Durante os anos que se seguiram houve conquistas significativas com relação a escolarização dos índios.

A LDB, (leis de diretrizes e bases). Reafirma as formulações inseridas na constituição de 88, mesmo que os indígenas saiam da sua aldeia para estudar em escolas não indígenas, esses estudantes não deverão ser desamparados, pois, um meio para que isso aconteça é a inserção de estudos sobre educação indígenas nas escolas de currículos tradicionais, está previsto na LDB através da lei nº 11.645/2008. Onde está inserida a temática indígena nos currículos das escolas públicas e privadas de educação básica.

No Plano Nacional Curricular PCN , aborda a temática da educação escolar indígena, como sendo um direito que surgiu através do protagonismo de várias lideranças indígenas por todo o país, depois de muita insistência, conseguiram ocupar lugares estratégico para terem espaços nas decisões sobre sua educação, os indígenas começaram a ocupar direção

de escolas, na política e secretarias. Esse protagonismo ficou ainda mais evidente durante a 1ª conferência nacional de educação indígena em 2009. Pela primeira vez assumida por uma indígena os relatórios das diretrizes nacionais para uma educação indígena.

O que define as diretrizes é um esforço de torna o diálogo entre a educação escolar indígena. No PCN, essas afirmações estão bem claras enquanto direitos indígenas, o que torna legalizado as formas de se ensinar nas escolas de educação indígena. As primeiras diretrizes nacionais para uma educação indígena surgiram em 1999. Onde o parecer CNE/CEB/Nº 14/99. E a resolução CNE/CEM Nº 3/99 tornaram fixa as normas para o funcionamento das escolas indígenas.

A representatividade indígena desde de 2002, tem garantindo as decisões voltadas para os interesses das populações indígenas, o PCN garante as escolas indígenas o direito de ter sua educação diferenciada o que torna um grande avanço para o desenvolvimento das práticas de preservação da cultura indígena.

A escola indígena tem como objetivo segundo a LDB contribuir para que haja formas de educação diferenciada, em contraposição ao sistema social onde as aldeias indígenas estão sendo assimiladas pelas cidades e seus valores e culturas tradicionais estão cada vez mais ameaçados.

A nova LDB menciona, de forma explícita, a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. Um deles aparece na parte do Ensino Fundamental, no artigo 32, estabelecendo que seu ensino será ministrado em Língua Portuguesa, mas assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Ou seja, reproduz-se aqui o direito inscrito no artigo 210 da Constituição Federal. ((BRASIL, 1996)

Com o surgimento das escolas indígenas diferenciadas o termo aqui utilizado com diferenciado significa uma educação voltada para as especificidades da cultura e as tradições dos povos indígenas implementado em seu currículo escolar. As aldeias indígenas encontraram uma forma de resistência educacional para que seus costumes não fossem perdidos ao longo dos anos e as crianças indígenas tenha o direito a uma educação escolar formal com conteúdo convencionais mais sem deixa de lado sua própria história, praticando seus rituais e conhecendo sua própria cultura.

A instituição escolar ganhou, com isso, novos papéis e significados. Abandonando e vez a perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades e de pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de

seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola. (PLANO CURRICULAR NACIONAL p.377)

As escolas indígenas visam uma contribuição sociocultural de seus modos de ser, viver, garantindo um bom desenvolvimento da sustentabilidade e da cidadania das populações indígenas. O direito a uma educação diferenciada vem sendo pauta de reivindicações desde de 1970, através dos movimentos sociais indígenas. A constituição de 88 foi um grande marco legal para garantir o direito dos indígenas, para que tivessem o direito de preservar seus valores e crenças.

A instituição escolar ganhou, com isso, novos papéis e significados. Abandonando de vez a perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades e de pertencimento étnico. (plano curricular nacional p.379)

Na base nacional curricular comum BNCC, não especifica a educação indígena, entretanto deixa bem claro que os estudantes devem se desenvolver da melhor forma possível e nas escolas indígenas isso acontece em diversos momentos, em sala de aula e na sua própria comunidade. A escola é apenas mais um meio de aprendizagem dentre vários em uma aldeia indígena.

Os movimentos sociais foram cruciais para a conquista dessas leis que favorecem uma educação indígena voltada para os seus interesses. A educação indígena fora do ambiente escolar é praticada de forma natural nas comunidades as crianças aprendem desde seu nascimento com seus pais e as demais pessoas de sua aldeia.

A história da escola entre os povos indígenas é tão antiga quanto a colonização e, por muito tempo, rechaçou os processos educacionais próprios da tradição de cada povo indígena. Bastante conhecida é a ação dos missionários católicos, que inauguraram a escola na América e que marcaram de forma indelével a história dos povos indígenas, pois, por mais de 400 anos, foram as únicas iniciativas escolares conhecidas entre os povos ameríndios. Com o advento da República e a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI – e mais tarde a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a escola para os índios, passou a ser também iniciativa do Estado (BERGAMASCHI 2007 p.122)

Na dissertação sobre educação escolar dos índios Tabebas, Tremembés e Pitaguary no Ceará, Gomes (2006) afirma que as primeiras denominações de educação escolar para os índios se configuraram, como um instrumento de externalidade, visando de modo geral uma homogeneização cultural dos grupos étnicos. No sentido oposto, a denominação de educação

escolar indígena nas reivindicações dos movimentos indigenistas de afirmação étnica evoca a escola como um meio estratégico possível para colocar em prática as diferenças étnico-culturais como formadora das práticas educativas dos grupos.

A educação escolar indígena vai muito além dos muros da escola, entretanto as escolas indígenas é uma grande conquista para as populações indígenas. Embora não seja recente a reivindicação dos povos indígenas por uma educação diferenciada e também por uma educação igualitária, na organização dos povos indígenas e também da intervenção missionária, a demanda nativa por um projeto educacional direcionado à realidade das comunidades indígena somente ganha visibilidade com a Constituição de 1988.

Como parte da autonomia das comunidades indígenas, a educação aparece como um dos principais elementos de construção dessa autonomia e possibilidade de intervenção dos indígenas na sociedade. Importante destacar que a educação indígena ainda tem pouco espaço nos discursos educacionais apesar dos povos indígenas ter conseguido aprovar em 1998 junto ao Ministério da Educação (MEC) o Referencial Curricular Nacional (1998) para as Escolas Indígenas, deste modo o documento vem oferecer orientações didáticas, pedagógicas, acerca de como deve se promover o ensino dentro de uma escola indígena. Nesse sentido, esse referencial representa um avanço para a construção de uma escola diferenciada.

Foram longos anos de luta e resistência das populações indígenas para que não fossem excluídos de sua própria terra. A educação é para os indígenas após muitas reivindicações ressignificou para uma forma de resistir a um modelo de sistema social que muitas vezes veem essas populações como “inimigas” do progresso

CAPÍTULO 4: ESCOLA ITÁ-ARA UMA CONQUISTA VALIOSA.



Foto de arquivo pessoal

Neste capítulo, será analisado o Plano Político Pedagógico da escola. A estrutura e seu funcionamento com relação à comunidade e seus projetos pedagógicos em prol de uma educação diferenciada.

Com relação à educação indígena a comunidade dos Pitaguary conta atualmente com: três escolas para atender a as comunidades Pitaguarys. Duas destas escolas pertencem à rede estadual e uma à rede municipal. As de competência administrativa do Estado a Escola Indígena Diferenciada de Chuí, localizada no município de Maracanaú, e a Escola Indígena Diferenciada de Ita-Ara, em Pacatuba. A Escola de Educação Básica do Povo Pitaguary, por sua vez, pertence ao município de Maracanaú. As três somam 569 (quinhentos e sessenta e nove) alunos, distribuídos na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. referentes ao censo de 2004, da SEDUC.

As escolas tiveram como suporte algumas leis que a favoreceram como já foi citado anteriormente, e o ministério da educação (MEC) disponibilizaram documentos onde deixa evidente como a educação indígena deve ocorrer nas escolas de um modo que venha a preservar as tradições e culturas.

A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde a década de 70, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados. Este documento foi escrito na expectativa de que possa contribuir para diminuir a distância entre o discurso legal e as ações efetivamente postas em prática nas salas de aula das escolas indígenas. (BRASIL/MEC, 1998 p. 11).

Experiências escolares indígenas. Trata-se da garantia de que essa escola entenda os processos próprios de ensino e aprendizagem das populações indígenas que é preciso pesquisar que analise essas questões de uma forma mais profunda, para que o povo Pitaguary possa relatar suas vivências enquanto povo indígena do Ceará.

4.1 histórico da escola.

Em 2001, Jeová Silva Ferreira (Diretor da Escola Indígena Diferenciada Chuí – Situada no município de Maracanaú, aldeia Horto), acompanhado por Célia Maria da Silva Abreu (chefe do setor de Educação da FUNAI) e algumas lideranças de nossa comunidade, procuram pessoas que tenham um pouco de experiência, em sala de aula no intuito de se formar uma Escola Diferenciada. Então, quatro pessoas se disponibilizaram para atuar na Educação Indígena, Antonia Gerliene Adriano da Costa, Régia Cláudia Santana Sabino, Valdenira Pahé Moreira e Antonia Vitoria Guilherme da Silva, as mesmas não eram remuneradas sendo que, prestavam serviços voluntários para a comunidade.

De 2002 à 2004 depois de muitas conversas e discussões, a Educação Escolar Indígena começa a funcionar dentro da Escola Municipal Maria de Sá Roriz, situada no município de Pacatuba, distrito de Monguba, com 57 alunos em turmas multisseriadas.

Em 2005 Devido à necessidade de obter seu próprio espaço. Educação Escolar Indígena resolve sair da Escola Municipal Maria de Sá Roriz. As lideranças e professores foram até a prefeitura de Pacatuba, solicitar ao município que equipasse a Casa de Apoio, arcasse com todo pessoal de apoio e material permanente. Após esse processo, a educação escolar indígena inicia seu funcionamento, tornando-se anexo da escola indígena diferenciada Chuí, que neste mesmo ano conquistou um núcleo gestor, composto por: secretária, diretor e coordenador pedagógico, onde Régia Cláudia Santana Sabino deixa a função de professora e passa a ocupar o cargo de coordenadora. Diante da necessidade, a escola contrata três professoras, Antonia Cristina da Silva Sousa, Cristina Maria da Silva, e Maria Celma do Nascimento, onde então o corpo docente passa a ser composto por cinco professoras.

A partir de rodas de conversas com lideranças e professores, este anexo recebe o nome de Escola Indígena Diferenciada Itá-Ara, (Pedra de Fogo). Para suprir as necessidades da escola formam contratados dois vigias e uma merendeira. Mesmo ocupando o novo espaço, professores e lideranças deram continuidade a luta pela conquista de um novo prédio, pois o local não oferecia condições adequadas para o ensino.

No período de 2006 a 2007 iniciaram as discussões com as lideranças do Estado do Ceará, sobre o projeto de construção das Escolas Indígenas. Após a aprovação do projeto, as escolas deveriam ser construídas em espaço demarcado, realidade que não contemplava nossa comunidade por falta de território. As lideranças locais José Adriano, Ana Clécia Sousa do Nascimento, Rosa da Silva Sousa e Raimundo Carlos da Silva (Pajé Barbosa), foram à luta para a compra de um terreno às margens da aldeia para assim, possibilitar a construção da escola.

No ano de 2007 foi feita a compra do terreno com recurso de uma indenização. Em Inicia-se em 2008 a construção do prédio próprio, financiado pelo Banco Mundial, e o sonho tão esperado passa ser realidade com a conclusão e a entrega do espaço para a comunidade. Em 2009 as aulas iniciam no novo prédio, mesmo antes da inauguração.

No dia 18 de março a escola é inaugurada 2010 a escola então conquista o direito de oferecer o ensino médio na modalidade EJA, e o CEEI – Conselho Escolar da Escola Itá-Ara, a contratação de um porteiro e mais duas professoras: Maria Joana Darc Araujo Teixeira e Evanir Guedes da Silveira.

Em 2011 houve a construção de um galpão com a finalidade de se trabalhar o artesanato. A escola passa a ter direito ao PDE, a contratação de mais dois professores: Maria Fátima Feitosa e José Nailton de Oliveira Silva. Neste mesmo ano, a escola atinge uma boa nota no SPAECE onde a professora da turma do 2º ano do ensino fundamental I, Antonia Cristina da Silva Sousa é homenageada pelo município de Pacatuba e recebe um netbook pela nota alcançada.

No ano de 2012 a escola passa ter o Programa Segundo Tempo PST, Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC+. Seis alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II ingressam na EEEP Profª Luiza de Teodoro Vieira, nos cursos de informática, enfermagem e logística; a aluna Hérica Bruna Alves Vieira, chega até a Comissão Estadual na Olimpíada de Língua Portuguesa, ganhando assim, do Município de Pacatuba na categoria Crônica, tendo como Orientador o professor de Língua Portuguesa José Nailton de Oliveira Silva. Ainda neste, é contratado mais um professor, Paulo Henrique da Silva Vieira que ficaria no lugar de Francisca Meirivanda Guedes da Costa, com Educação Física.

Já em 2013 ocorreu as contratações das professoras Ana Vanessa Sousa do Nascimento, Antonia Carla da Silva Barbosa, Ana Catarina Costa Rodrigues e Rosângela Maria Santos Fonseca. E devido à grande demanda de alunos, foi realizada a reforma do galpão, transformando o mesmo em salas de aula.

Conquista em 2014 o Projeto Mais Educação, coordenado pela professora Ana Vanessa Sousa do Nascimento, que funcionava na Casa de Apoio, trabalhando a matemática, letramento, arte/cultura, dança e teatro, contemplando os alunos do Ensino Fundamental I e II. Contratação dos professores: Laércio de Araújo Braga, Maria do Carmo de Araújo, Raquel da Silva Sousa. Foram conquistas significativas para o desenvolvimento da escola os projetos e os recursos que forma adquiridos durante esse período inicial das atividades da escola.

Segundo seu PPP, a escola tem como objetivos desenvolver um projeto pedagógico na área da educação escolar indígena com ênfase no processo de valorização da cultura, costumes, crenças, tradições, linguísticas e fatos históricos Pitaguary, respeitando suas especificidades e processos próprios de ensino como fatores importantes a sustentabilidade cultural e economia da etnia. Tem como foco, contribuir para que o povo Pitaguary continue lutando pela sobrevivência étnica, social e cultural proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida, através de ações dos movimentos sociais, assim como: terra, meio ambiente, saúde e educação, criando alternativas para a geração de renda familiar, com aproveitamento dos recursos existentes na terra indígena Pitaguary.

A escola usa como meios a valorização do contexto sócio cultural da comunidade indígena Pitaguary de Monguba, o que significa considerar os valores étnicos e culturais, que são contextualizados aos nossos princípios. É a experiência social específica dessa comunidade. Nesse sentido, as atividades escolares devem contemplar a experiência e o saber da comunidade indígena, como também o acesso ao conhecimento adquirido nas interações com as sociedades não indígenas, tanto ao que se refere às ações das áreas da linguagem quanto das ciências exatas e naturais.

Devem também fazer parte do currículo conteúdos das áreas da saúde, comunidade, trabalho, políticas públicas, cultura e meio ambiente, em que as especificidades das áreas contribuam para a formação do colegiado Pitaguary, cumpridor dos seus direitos e deveres constitucionais na valorização da diferença étnica.

Quanto à alfabetização será trabalhada na perspectiva sócia interacionista concebendo

a linguagem como um conhecimento que a criança adquire na interação com os adultos em diferentes contextos e não como atividades de ideias de decodificação.³

A educação escolar indígena visa transmitir o conhecimento de uma maneira distinta daquela ensinada nas escolas tradicionais, pois valorizam em suas disciplinas curriculares (de línguas [indígenas e português], história, geografia, ciências, matemática e artes) as práticas e saberes locais, possibilitando uma abordagem específica sobre a cultura Pitaguary no âmbito escolar. Em complemento às áreas de conhecimento regulares a escola indígena também ensina as disciplinas específicas de cultura, artes e expressão corporal. Além destas educações específicas da etnia a escola busca realizar eventos culturais que promovam a educação Pitaguary de outras maneiras, perpassando o que é transmitido nas matérias escolares. Pode-se considerar que a escola diferenciada se configura como um espaço de importante fomento para a discussão sobre a construção da identidade da etnia. (BARBOSA, p.20 2016)

Como aponta o autor uma escola indígena diferenciada deve estar em constante interação com os processos de construção da identidade do povo Pitaguary.



Foto de arquivo pessoal em 23 de fevereiro aniversário da escola.
Dança do toré pais e alunos entram na roda para a dança.

O ritual do toré é uma das manifestações artísticas mais significativas da cultura indígena, tendo vários significados, como podemos observar na imagem, alunos, pais, e crianças interagem e dançam o toré da comunidade indígena dos Pitaguary.

fenômeno do toré refere-se a uma ação ritual que constitui marca de indianidade de grande parte dos índios do Nordeste, que relaciona – conforme as particulares performances étnicas – uma dança executada ou de forma circular (geralmente no sentido anti-horário) ou em fi la ou em parilha, levando a efeito variados cantos, e muitas vezes sendo empregada a ingestão de bebidas como a jurema² e, mais recentemente, o mocooró.³ A presença

³ Todas as informações a cerca dos objetivos de ensino da escola, citados neste capítulo, foram com base no plano político pedagógico da escola.

de instrumentos varia no uso de maracás, apitos e gaitas, zabumbas, bombos, e tambores diversos. (MAGALHAES, 2009. p.115)

Entretanto é importante salientar que a escola segue o um regime regular de educação, tentando conciliar com suas aulas voltadas para sua etnia. Como a escola atende alunos não índios e estar sob o sistema educacional do município e da SEDUC a escola passa por exames avaliativos municipais e estaduais. Entretanto esse fator é usado como forma de apresentar as práticas culturais para os alunos não indígenas que confiem na escola.

A escola tem ao seu favor uma interação muito importante com a comunidade, tendo uma presença muito forte nas atividades culturais que a escola realiza. Todas as noites culturais que a escola oferece são abertas ao público.



Foto de arquivo pessoal. (apresentação do toré no aniversário da escola)



Foto de arquivo pessoal em 14/11/19

A escola tem uma área de recreação com muitos espaços e árvores, segunda a diretora da escola, os alunos participam de aulas no ambiente externo da escola com reuniões com as lideranças indígenas. Essa vivência com as lideranças indígenas é de muita relevância, pois, possibilita uma experiência sobre os valores e direitos que os indígenas tem e precisam lutar para manter. A escola tem uma estrutura diferente das escolas tradicionais, toda sua estrutura é circular.



Foto de arquivo pessoal. Pátio onde acontece as apresentações do toré



Foto de arquivo pessoal

A escola tem uma estrutura física, diferente das escolas do município, como é possível observar na foto. Tem um formado circular.



Foto de arquivo pessoal

As cores que utilizadas na pintura da escola são bem vivas e em todas as pinturas tem traços da cultura indígenas



Foto de arquivo pessoal

Tem várias árvores ao redor da escola, tornando o ambiente mais próximo da natureza.

CAPÍTULO 5: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA DIFERENCIADA.

Neste capítulo abordaremos os processos de formações de professores indígenas na escola Itá-Ara, graduação e formações pedagógicas, pois entendemos que uma educação escolar de qualidade, parte de uma formação sólida e de qualidade. Os cursos para a formação de professores indígenas, adentram na área educacional de projetos diferenciados, pensando nas especificidades das populações indígenas. Tal medida tenta romper com as práticas de professores não indígenas nas escolas. Para uma maior compreensão traremos algumas falas da diretora da escola e de professores que responderam às perguntas solicitadas.

Os cursos de formação de docentes indígenas se apresentam como uma novidade no cenário educacional brasileiro são implementados de forma mais efetiva, no âmbito das políticas governamentais surgidas a partir da década de 1990, em boa parte dos estados brasileiros que executam projetos na área de educação escolar indígena. (NASCIMENTO 2006, p.16)

Com base em relatos de professores, que atuam na educação escolar indígena na escola Ita Ara. Foi possível compreender como acontece essa docência. As experiências com a formação desses docentes foram de iniciativa da secretaria de educação básica do estado (SEDUC) que, atendendo as diretrizes da política educacional, iniciada em 1998, uma série de atividades pedagógicas voltadas para a formação dos professores indígenas. Nascimento. (2006, pg,17) quando se fala em educação escolar indígena estamos nos referindo ao parecer nº 14/99 (CNE, 1999, p. 4): que Designa o processo pelo qual cada sociedade internaliza em seus membros um modo próprio e particular de ser, garantindo sua sobrevivência e sua reprodução. Diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetados na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades.

As escolas indígenas foram criadas como um espaço para a formação escolar indígena, com objetivo de prepará-los para os desafios, sociais, sem perder o direito de prender através da sua própria visão de mundo, sem abrir mão de suas tradições, valorizando sua cultura. De acordo com Cavalcanti (2003, p. 22), “concebe-se a escola não como lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo”.

No caso da escola aqui citada, segue o mesmo sistema escola padrão, tendo como critérios a SEDUC para regularizar o ensino.

tem-se que pensar a formação de professores indígenas como sendo, acima de tudo, formação de professores, embora exista uma especificidade no caso do professor indígena, que deverá estar inserido profundamente nas raízes da cultura indígena. No âmbito das políticas de formação do professor indígena, expressas nos Referenciais para a formação de professores indígenas. (D'ANGELIS 2003, p.34)

A participação do professor indígena na construção do currículo deve ser de primordial, pois as escolas indígenas necessitam está de acordo com as necessidades sociais da comunidade onde vivem. Pensando em uma construção adequada para a elaboração de um currículo participativo, os professores indígenas necessitam ter formações continuadas, onde possam aprimorar cada vez mais seus conhecimentos.

Segundo a diretora da escola indígena, não tem um currículo específico indígena, entretanto os professores sempre buscam integrar os assuntos da temática dentro de seus conteúdos. Ainda segundo a mesma, a escola atende alunos não indígenas, para suprir o número de alunos necessários para formar as turmas, e que esses alunos também participam dos momentos culturais que a escola oferece, não é obrigatório para os não indígenas, mas, tem um grande número de alunos que participam, como por exemplo do toré.

Com relação a formação dos professores a diretora, relatou que praticamente todos os professores já têm ensino superior, entretanto, a escola é muito desacreditada por parte da população não indígena. E que essa visão estereotipada por parte da população foi construída pelo fato de quando a escola iniciou suas atividades seus professores não eram formados. Atualmente a parcela de professores que não estão com suas graduações concluídas, é mínima cerca de três professores, e que ainda não concluíram porque, a graduação intercultural Kuaba, oferecida pela UFC, teve o curso adiando por várias vezes.

Visando concluir suas graduações, os professores buscaram faculdades privadas, que em seu currículo não tem um foco em uma educação intercultural. Os professores que optaram por esperar, pelo curso oferecido pelo MEC, ainda estão em processo de conclusão. As formações continuadas dos professores acontecem entre eles mesmos, a SEDUC não oferece nenhum curso para os professores indígenas voltados para suas especificidades e levando em consideração seu contexto social.

A escola, segue um currículo convencional como as demais escolas do município e as escolas estaduais, entretendo, como já foi citado pela diretora os professores sempre buscam mesclar, os conteúdos com as necessidades educacionais das crianças indígenas. Como a escola, tem uma parceria com o município os professores, participam de uma formação que a

prefeitura disponibiliza, a SEDUC, oferece apenas 4 formações por anos, sendo que nem todo ano essas formações acontecem.

E ainda segundo a diretora a falta dessas formações atrapalha no aprendizado dos alunos, e o professor fica muito mais sobrecarregado, pois, além dos conteúdos curriculares convencionais é necessário, buscar outros meios de aprender e ensinar sobre sua própria cultura. Sendo que muitas vezes os maiores formadores dos professores são a própria lideranças, onde passam para os alunos e professores as lutas e desafios de ser indígena na atualidade, e como é importante preservar sua própria cultura. O ministério da educação tem como dever oferecer essas formações para os professores, pois necessitam de formações qualificadas.

Entre os muitos desafios que enfrentam os povos indígenas para a progressiva qualificação de sua educação escolar, está a preparação de professores indígenas no magistério intercultural. Assim, novos programas de formação devem possibilitar aos professores os futuros professores completar sua educação básica e, ao mesmo tempo, realizar a formação no magistério intercultural de nível médio e superior, para o desempenho qualificado da sua importante função. Isso, sem dúvida, requer muita atenção dos órgãos governamentais responsáveis garantida aos professores indígenas uma formação específica, atividades de atualização e capacitação periódicas para o seu aprimoramento profissional. (BRASIL. 2002)

Os cursos específicos para formação intercultural indígena, é os cursos de graduação PITAKAJA e o KUABA. Que oferecem uma licenciatura específica para os professores indígenas, onde consiste em várias habilitações, português, matemática, história e conteúdos destinados a cultura indígena, como espiritualidade e significado do toré. Essa formação é muito relevante para uma educação escola indígena de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Concluimos esse trabalho com algumas ideias que apesar de esta inserido ao longo do trabalho, consideramos importantes deixar aqui registrado. Pesquisa sobre educação escolar indígena, é, pensar em um conjunto de ideias que estão presentes na escola e na comunidade que contribui para que essa forma de educação se efetive. Após analisar os aspectos que foram relevantes para que hoje se possa ter uma educação intercultural, fica evidente os avanços que já tiveram, porém, muito ainda necessita ser feito.

Este trabalho pretendeu chamar a atenção para o fato de que a formação desses professores é de suma importância para a escola e os alunos indígenas e não indígenas. É notório os desdobramentos feitos pela coordenação e professores, para tentar integrar a cultura e vivências indígenas na demais disciplinas, entretanto, sem um suporte ou materiais pedagógicos adequado se torna muito mais difícil.

Entendemos que um passo necessário, para que esse quadro seja revisto é uma maior contribuição das universidades públicas como por exemplo, realizar os cursos de graduação intercultural indígena, de maneira acessível e com uma continuidade. Para atender as demandas das escolas indígenas.

A secretaria de educação por sua vez, deve se fazer mais presente para dar um suporte nas formações pedagógicas e não na construção do currículo da escola, pois, acreditamos que esse documento deve ser construído pelos professores e diretores das escolas, levando em consideração suas necessidades e especificidades. Esse processo é fundamental para que não seja inserido disciplinas que não condiz com a realidade da comunidade. Como foi abordado no início do trabalho, o governo brasileiro durante muitos anos, impôs aos indígenas, uma educação de exclusão, de suas línguas, culturas e costumes, com o passar dos anos, e crescente protagonismo indígena essas práticas, foram sendo abolidas.

A educação escolar indígena, passou por diversas mudanças, e, foi tendo um novo significado, passou de instrumento de opressão e negação, usado para excluir os povos indígenas e suas culturas, para um novo significado. Passou a ter um novo sentido de afirmação e pertencimento étnico.

Esse novo significado não veio fácil, foram anos de lutas e persistência dos movimentos indígenas em busca de uma educação que os representassem.

Através de um protagonismo indígena veio leis e parâmetros curriculares que viabilizaram e deram um suporte para se implementar nas escolas indígenas. Essas leis dão direito aos índios de ter uma escola que respeite sua cultura e suas singularidades.

Com o direito a educação escolar para as comunidades indígenas, veio junto, grandes desafios, de formar professores, capacitados, para atuarem em diversas disciplinas, tendo como dilema uma falta de liberdade para elaborarem seu próprio currículo.

A busca por autonomia é constante, pois, apesar de ser uma escola indígena o currículo convencional é a todo instante cobrado, seja por parte da secretaria de educação ou através de avaliações externas que a escola é submetida. Como já foi exposto aqui, temos as leis garantidas na constituição, nas leis de diretrizes e bases (LDB), todavia temos que estar constantemente atentos e vigilantes para que essas conquistas não sejam retiradas, ou desvalorizadas.

Atualmente temos como referência de ensino a base nacional curricular comum (BNCC) que explica as competências e habilidades que os alunos necessitam ter em cada series, e das temáticas a serem trabalhadas pelos professores, entretanto, pouco se vê na BNCC, questões como diversidade cultural, e sobre educação indígena, não tem especificando. Ou seja, não foi levado em consideração as diversidades culturais presentes em cada região ou em cada comunidade indígena.

Esse fato nos faz refletir o quanto é importante entender, que, o modo de educação escolar indígena deve ser preservado e respeitado. Enquanto pedagogos devemos entender e se possível contribuir para que esse modelo de educação seja apoiado, melhorado e respeitado sendo fundamental, o respeito aos saberes que a comunidade tem a oferecer para a escola.

A temática indígena é uma área que atrai, por ter suas especificidades em cada detalhes, em cada forma de pensar, em cada olhar sobre suas práticas culturais. Escrever sobre a educação escolar indígena possibilitou um riquíssimo aprendizado para minha formação em pedagogia, entender que cada professor ou modalidade de ensino necessita de uma compreensão para além do que esta empírico.

Foram leituras que me permitiram compreender a necessidade de cada lugar, como um professor indígena é importante não somente para as escolas indígenas, mas, para os demais professores, para nos fazer entender como é fundamental a educação ser pautada de acordo com os contextos sociais dos alunos, e isso torna o aprendizado muito mais significativo.

Existem leis que apoiam a educação escolar indígena, entretanto é possível perceber que ainda necessita de um suporte maior, para que os professores tenham apoio em suas formações, e os cursos interculturais seja incentivado.

Os professores da escola indígena apesar de já serem formados, necessitam ter um suporte a cerca de formações pedagógicas, principalmente os professores que trabalham as disciplinas relacionadas a cultura indígena. O professor procurar seu próprio material é muito importante, porém, é interessante que o mesmo tenha uma formação para pesquisar e entender como elaborar um material de qualidade para seus alunos. Os parâmetros curriculares e as leis em defesa de uma educação intercultural indígena somente serão bem efetivados quando estiver acessível para todos os professores.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BARTOMEU Melià **Educação indígena na escola** disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a02v1949.pdf> acessado em 20/11/19

_____**BRASIL**. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988

_____**BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____**Parâmetros Curriculares Nacionais** educação escolar indígena. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____**MEC/SEF. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS**. Brasília: MEC/SEF,2002

_____**Resolução CNE/CP 1/2015**. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de janeiro de 2015 Seção 1 – pp. 11-12. Acessado em 27/08/18 disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192

BERGAMASCHIP. Maria Aparecida Nhembo'e – **Educação escolar nas – Educação escolar nas aldeias Guarani**; Porto Alegre, RS,, n. 1 (61).109-132, jan./abr. 2007

DESLANDES, F. S; late et al. **Pesquisa social: teoria métodos e criatividade**. 21 ed, Petrópolis. RJ, voes, 199

D' ANGELIS, W, 1957. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil/** Wilmar da Rocha – Campinas, SP:Curt Nimuendajú, 20

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

GLADINO, Lúcio K. A. **Os caminhos da territorialidade da etnia Pitaguary: o cada da aldeia de Monguba no município de Pacatuba no Ceará**. 2007. 199 f. Tese (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade, **Metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAGALHÃES, Eloi. **Aldeia! Aldeia!: a formação histórica do grupo indígena Pitaguary e o ritual do toré**. Fortaleza. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2007.

MARKUS, Cledes. **Identidade étnica e educação escolar indígena**. 2006, 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, S

MONGELO. Joana vangelista. **OKOTËVË JA VY'A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRASTES, CONFLITOS E NECESSIDADES**. 2013. (Dissertação Mestrado Em Educação) Centro De Ciências Da Educação. Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, C. A. da R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. 268 p.

Patrícia Regina Ciaramello Educação, Sociedade & Culturas, nº 41, 2014, 109-125
https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC41_P_Ciaramello.pdf

PRAÇA, F. S. G. 08, nº 1, p. 72-87, JAN-JUL, 2015. Revista Eletrônica “**Diálogos Acadêmicos**” (ISSN:0486-6266) disponível em
<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170627112856.pdf> Acessado em 08/0

